



Associação de Empresas de Software
Open Source Portuguesas

Normas Abertas

Informação de enquadramento à posição da ESOP

Audição na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública

| Entidade | RESPONSÁVEL | Resumo do Problema | Primeiro contacto | Última resposta |
|--------------------|---|---|-------------------|-----------------|
| EDP | Dr. Jorge Cruz Morais (Vogal do Conselho de Administração Executivo) e Dra. Ana Maria Fonseca (Departamento de Sistemas) | A aplicação EDP Online só funciona no browser Internet Explorer. https://www.servinet.pt | 17.03.2010 | 29.10.2010 |
| Anogov | Eng. Manuel Amorim (Director Geral da empresa ANO) + Dra. Paula Montinho (screening) | Plataforma oficial de compras públicas que aparentemente só funciona em Microsoft Windows. A Anogov recusa-se a responder às questões da ESOP. | 09/03/10 | 03/04/10 |
| IMTT | Dr. Jorge Manuel Lopes Batista e Silva (vogal do IMTT, substituto do Presidente) + Dra. Manuela Leamaro (Dep. De Informática) + Dra. Ana Lopes (Front office) | Acessibilidade de serviços online com Cartão de Cidadão só possível com o Internet Explorer. | 13.08.2009 | 30.10.2009 |
| Seg. Social | Eng.º José Carvalho Director do DASET – Departamento de Arquitectura de Sistemas e Estratégia Tecnológica Instituto de Informática, I.P. do Ministério do Trabalho e Segurança Social | Funcionamento das aplicações: gestão de entidades DRI + quadros de pessoal + simulador de pensões apenas em software Microsoft. | Dezembro 2007 | 11.02.2010 |
| Finanças | Dra. Ana Mascarenhas (DSPCIT - DEC - Divisão de Estudos e Coordenação) + Dra. Ana Paulo Neto (DSPCIT - Direcção de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária) | Interoperabilidade no contexto da Validação de Assinaturas para Produtores de Software http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/CertificacaoSoftware.htm | 10 Novembro 2010 | Jan 2011 |
| CPC | Dr. José Tavares (director-geral do Tribunal de Contas e por inerência secretário-geral do CPC) + Dra. Alexandra Pessanha (Tribunal de contas) | Denúncia de parcialidade no acesso a um questionário publico obrigatório. O Conselho para a Prevenção da Corrupção exige software de uma determinada marca. | 30.11.2009 | 15.07.2010 |
| CEGER | Dr. Cesar Lopes (Administrador responsável pela Entidade de Certificação Electrónica do Estado) | Ausência da supervisão necessária no que respeita à interoperabilidade das plataformas da contratação electrónica. Pressão regulatória NULA. | 20.03.2009 | 26.20.2010 |

Casos pontuais, mas graves, em que a interoperabilidade é impedida pelo próprio Estado

Definição revista pela AMA:

1- Para efeitos da presente lei, considera-se “norma aberta” a norma técnica destinada à publicação, transmissão e armazenamento de informação em suporte digital, que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) A sua adopção decorra de um processo de decisão aberto e disponível à participação de todas as partes interessadas;
- b) Tenha sido publicado e seja livremente disponibilizado o respectivo documento de especificações, permitindo-se sem restrições a sua cópia, distribuição e utilização;
- c) Os direitos de propriedade intelectual que lhe sejam aplicáveis, incluindo patentes, tenham sido, **no todo ou em parte substancial, publicamente disponibilizados de forma irrevogável e irreversível**

2- Para efeitos da presente lei, considera-se que “interoperabilidade” a capacidade de dois ou mais sistemas interagirem e trocarem dados de acordo com um método definido, de forma a obter os resultados esperados.

Definição revista pela ESOP:

1- Para efeitos da presente lei, considera-se “norma aberta” a norma técnica destinada à publicação, transmissão e armazenamento de informação em suporte digital, que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) A sua adopção decorra de um processo de decisão aberto e disponível à participação de todas as partes interessadas;
- b) Tenha sido publicado e seja livremente disponibilizado o respectivo documento de especificações, permitindo-se sem restrições a sua cópia, distribuição e utilização;
- c) Os direitos de propriedade intelectual que lhe sejam aplicáveis, incluindo patentes, tenham sido, **no seu todo publicamente disponibilizados de forma gratuita, irrevogável e irreversível**

2- Para efeitos da presente lei, considera-se que “interoperabilidade” a capacidade de dois ou mais sistemas interagirem e trocarem dados de acordo com um método definido, de forma a obter os resultados esperados.

Não se devem ter ambiguidades na definição uma vez que em, caso de divergência, nunca se conseguirá consenso. Como se mede a exactamente a “parte substancial” mencionada na definição?

À excepção deste ponto a definição parece-nos correcta e adequada.

Danish government definition

The Danish government has attempted to make a definition of open standards, which also is used in pan-European software development projects. It states:

- An open standard is accessible to everyone free of charge (i.e. there is no discrimination between users, and no payment or other considerations are required as a condition of use of the standard)
- An open standard of necessity remains accessible and free of charge (i.e. owners renounce their options, if indeed such exist, to limit access to the standard at a later date, for example, by committing themselves to openness during the remainder of a possible patent's life)
- An open standard is accessible free of charge and documented in all its details (i.e. all aspects of the standard are transparent and documented, and both access to and use of the documentation is free)

French law definition

The French Parliament approved a definition of "open standard" in its "Law for Confidence in the Digital Economy". The definition is:

- By open standard is understood any communication, interconnection or interchange protocol, and any interoperable data format whose specifications are public and without any restriction in their access or implementation.

Spanish law definition

A Law passed by the Spanish Parliament requires that all electronic services provided by the Spanish public administration must be based on open standards. It defines an open standard as royalty free, according to the following definition:

An open standard fulfills the following conditions:

- it is public, and its use is available on a free [gratis] basis, or at a cost that does not imply a difficulty for the user.
 - its use is not subject to the payment of any intellectual [copyright] or industrial [patents and trademarks] property right.
-

Brasil (directiva e-Ping)

Padrão aberto:

- I - possibilita a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;
- II - permite aplicação sem quaisquer restrições ou pagamento de royalties;
- III - pode ser implementado plena e independentemente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia.

Netherlands

Open standards comply with the definition by the European Commission (IDABC programme):

- the standard is approved and will be maintained by a non-profit organisation, and ongoing development will be on the basis of an open decision-making process that is accessible for all interested parties (consensus or majority decision, etc.);
- the standard is published and the specification document for the standard is freely available or can be obtained for a nominal contribution. It must be possible for everyone to copy it, make it available and use it, free or for a nominal price;
- the intellectual property – regarding any patents that may be present – of the standard or parts thereof is irrevocably made available on a royalty-free basis;
- there are no restrictions on reuse of the standard.

W3C definition

As an important provider of Web technology [ICT](#) Standards, notably [XML](#), [http](#), [HTML](#), [CSS](#) and [WAI](#), the [World Wide Web Consortium](#) (W3C) follows a process that promotes the development of high-quality standards.

Looking at the end result, the spec alone, up for adoption, is not enough. The participative/inclusive process leading to a particular design, and the supporting resources available with it should be accounted when we talk about Open Standards:

- transparency (due process is public, and all technical discussions, meeting minutes, are archived and referencable in decision making)
- relevance (new standardization is started upon due analysis of the market needs, including requirements phase, e.g. accessibility, multi-linguism)
- openness (anybody can participate, and everybody does: industry, individual, public, government bodies, academia, on a worldwide

- scale)
- impartiality and consensus (guaranteed fairness by the process and the neutral hosting of the W3C organization, with equal weight for each participant)
 - availability (free access to the standard text, both during development and at final stage, translations, and clear IPR rules for implementation, allowing open source development in the case of Internet/Web technologies)
 - maintenance (ongoing process for testing, errata, revision, permanent access)

Digital Standards Organization definition

The [Digital Standards Organization](#) (DIGISTAN) states that "an open standard must be aimed at creating unrestricted competition between vendors and unrestricted choice for users". Its brief definition of "open standard" (or "free and open standard") is "a published specification that is immune to vendor capture at all stages in its life-cycle". Its more complete definition as follows:

- "The standard is adopted and will be maintained by a not-for-profit organization, and its ongoing development occurs on the basis of an open decision-making procedure available to all interested parties.
- The standard has been published and the standard specification document is available freely. It must be permissible to all to copy, distribute, and use it freely.
- The patents possibly present on (parts of) the standard are made irrevocably available on a royalty-free basis.
- There are no constraints on the re-use of the standard.

A key defining property is that an open standard is immune to vendor capture at all stages in its life-cycle. Immunity from vendor capture makes it possible to improve upon, trust, and extend an open standard over time."